

política

Fachin quer rever os 'penduricalhos' de juízes

Extras permitem remuneração muito acima do teto constitucional

/ STF

O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, publicou uma portaria, na sexta-feira passada que cria um grupo de trabalho para discutir a remuneração dos magistrados brasileiros.

A medida vem na esteira de iniciativas de Fachin para tentar enfrentar o tema dos "penduricalhos" dos salários de juízes. Esses extras permitem remuneração muito acima do teto constitucional e são fontes de críticas ao Poder Judiciário. Um levantamento do CNJ identificou a existência de mais de 500 registros de "penduricalhos", pagos com nomes distintos.

O objetivo do grupo de trabalho será "realizar estudos sobre propostas legislativas acerca da remuneração da magistratura e seus reflexos no aperfeiçoamento do sistema remuneratório do serviço público nacional".

Com isso, Fachin pretende "superar os obstáculos para a construção de um sistema remuneratório que atenda aos princípios republicanos de relevo para a questão" e apresentar uma "solução de longo prazo que gere uma disciplina remuneratória consentânea com os princípios constitucionais".

Pelos próximos seis meses, a comissão deverá analisar propostas voltadas à uniformização, padronização, transparência e previsibilidade das parcelas remuneratórias do Judiciário.

Na justificativa apresentada para a criação do grupo, Fachin destacou que o atual sistema de pagamentos, criado em 1998, tem



NELSON JR./SCO/STF/DIVULGAÇÃO/JC

Fachin destacou que o atual sistema de pagamentos tem problemas

problemas que vão da ausência de revisão anual até a falta de uniformidade nos diferentes tribunais.

Segundo ele, isso gerou um "cenário de desigualdades, insegurança jurídica, falta de publicidade e, o mais grave, utilização de subterfúgios conceituais dissociados da realidade".

"Em outras palavras: utiliza-

ção de verbas indenizatórias com efeitos de verbas remuneratórias objetivando superar a defasagem do teto remuneratório. Na esteira da má solução, o reconhecimento de passivos funcionais nem sempre devidamente amparados na adequada interpretação das normas previstas no ordenamento jurídico", escreveu o ministro.

Grupo de trabalho terá um comitê executivo composto pelos seguintes membros:

- ▶ Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto, desembargador Auxiliar da Presidência do CNJ, coordenador
- ▶ Paula Fernanda de Souza Vasconcelos Navarro, juíza Auxiliar da Presidência do CNJ, secretária;
- ▶ Clara da Mota Santos Pimenta Alves, secretária-geral do CNJ;
- ▶ Paulo Marcos de Farias, secretário de Estratégia e Projetos do CNJ;
- ▶ Lizandro Garcia Gomes Filho, juiz Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça.

Terá ainda representantes do Conselho Nacional do Ministério Público, da Defensoria Pública da União, do Conselho Superior da Defensoria Pública dos Estados, da Advocacia Pública da União, do Colégio Nacional de Procuradores-Gerais dos Estados e do Distrito Federal, da Câmara dos Deputados, do Senado, do Executivo e do Tribunal de Contas da União (TCU).

Flávio pede que STF declare Moraes suspeito para julgar 'Dark Horse'

/ INVESTIGAÇÃO

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) pediu que o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes seja declarado suspeito em ação relacionada ao Banco Master e ao ex-banqueiro Daniel Vorcaro. O pré-candidato do PL se antecipou a um pedido do deputado Lindbergh Farias (PT-RJ), que solicitou investigação sobre o caso "Dark Horse".

O pedido da defesa de Flávio foi enviado ao presidente do STF, Edson Fachin, e aponta uma possível relação entre Moraes e Vorcaro, citando o contrato da esposa do ministro, Viviane Barci de Moraes, com o banco. Segundo dados da Receita, a instituição financeira pagou ao escritório da advogada R\$ 80,2 milhões em dois anos.

"O fato de a esposa do excelentíssimo ministro Alexandre de Moraes ser advogada do Banco Master parece retirar de sua excelência a imparcialidade necessária para processar e julgar o requerimento formulado pelo deputado Federal Lindbergh Farias, (...) o qual envolve justamente o Banco Master e seu antigo controlador", argumenta a defesa do pré-candidato à Presidência.

O petista solicitou ao STF investigação sobre a atuação do ex-deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) nos Estados Unidos, relacionando a aplicação de sanções a autoridades brasileiras a uma "engrenagem financeira paralela". Lindbergh apontou que o dinheiro enviado por Daniel Vorcaro, a pedido de Flávio, sob a justificativa de financiar o filme sobre Jair Bolsonaro pode ter financiado, na verdade, a campanha por anistia ao ex-presidente.

A defesa de Flávio diz que o argumento de Lindbergh é "com-

posto por inúmeras ilações desconexas da realidade e carentes de rigor lógico". Além disso, os advogados sustentam que trata-se de "tentativa de manipulação de competência", pois negam qualquer relação entre o financiamento do filme e o inquérito sobre a atuação de Eduardo Bolsonaro nos EUA.

O site Intercept Brasil revelou que o ex-banqueiro chegou a pagar R\$ 61 milhões para a produção de "Dark Horse" (que significa "azarão"), que trata da vida do ex-presidente Jair Bolsonaro. Mensagens mostram que Vorcaro foi cobrado por Flávio, por meio de mensagens, para fazer o pagamento.

Moraes pediu manifestação da PGR (Procuradoria-Geral da República) sobre o caso. Em outra frente, Lindbergh também acionou a PF (Polícia Federal) solicitando a investigação.

Além da suspeição de Moraes, a defesa de Flávio pede que a representação do deputado seja separada do inquérito que investiga Eduardo. O senador sugere distribuição da solicitação ao ministro André Mendonça, atual relator do caso Master no STF, e pede também o compartilhamento de provas do inquérito do banco.

A banca de advogados de Flávio afirmou, na própria peça, que não faz "qualquer juízo de valor" sobre a relação do Master e Vorcaro com Alexandre de Moraes. A defesa ainda recorda que a PGR já examinou a relação "e concluiu pela sua absoluta licitude".

Na solicitação de suspeição, a defesa diz que "busca apenas garantir a observância das regras processuais e regimentais aplicáveis à matéria, assim como o respeito ao princípio da imparcialidade. Nada além disso".

Eduardo Leite participa de reunião da CPI dos Pedágios nesta segunda-feira

/ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RS

Bolívar Cavalari

bolivar@jcrs.com.br

O governador gaúcho Eduardo Leite (PSD) irá prestar depoimentos nesta segunda-feira à CPI dos Pedágios, a partir das 16h, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. A presença do chefe do

Executivo em reunião do colegiado ocorre a menos de uma semana após o leilão do Bloco 2 de rodovias estaduais ser cancelado por falta de interessados.

A CPI dos Pedágios foi instalada no início deste ano no Parlamento com o objetivo de investigar possíveis irregularidades nas concessões rodoviárias que estão sendo promovidas pela atual gestão, dos chamados

Blocos 1, 2 e 3 de estradas estaduais. A ida de Leite para participar de reunião da comissão foi confirmada pelo próprio governo ainda em fevereiro.

Os deputados que compõem a CPI articularam a ida do governador nesta segunda junto à Casa Civil. O presidente do colegiado, Papparico Bacchi (PL), e o relator, Miguel Rossetto (PT), definiram um roteiro para a re-

união junto ao titular da pasta, Ranolfo Vieira Júnior.

Em ofício, está definido que o presidente da comissão terá dez minutos para abrir a reunião, seguido por manifestação de dez minutos do relator e, após, uma fala de vinte minutos de Eduardo Leite. Depois do governador, os demais deputados integrantes da CPI terão tempo para realizar seus questiona-

mentos, e na sequência o governador responde às perguntas. Estão previstas duas rodadas de perguntas.

O governo enviou um documento à CPI em que destaca que o "comparecimento" do governador "se dará em caráter estritamente voluntário, na condição de convidado, e não na de convocado, investigado ou testemunha".